



Celso Furtado and the Reinterpretation of the Environment

ALEXANDRE MACCHIONE SAES

Celso Furtado and the Reinterpretation of the Environment

Alexandre Macchione Saes (alexandre.saes@usp.br)

Research Group: Hermes & Clio

Abstract:

With a vast bibliographic production, Celso Furtado addressed relevant themes and interdisciplinary approaches from the perspective of Economic Science. While the works that discuss the author's contributions to Latin American structuralism, regional development, and the economics of culture are traditional, it was only more recently that literature identified reflections on environmental issues in his production. This article aims to explore Furtado's work, elucidating how the environmental variable was mobilized in different ways in his interpretations throughout the 20th century. According to the article's argument, especially from the publication of *The Myth of Economic Development*, the environmental variable becomes a powerful instrument of critique against neoclassical economic theory.

Keywords: Celso Furtado, environment, economic theory

JEL Codes: B25, B31, Q56

Celso Furtado e a ressignificação do meio ambiente

Resumo:

Com uma vasta produção bibliográfica, Celso Furtado pautou relevantes temas e abordagens interdisciplinares a partir da Ciência Econômica. Se são tradicionais os trabalhos que tratam das contribuições do autor para o estruturalismo latino americano, para o desenvolvimento regional e para a economia da cultura, foi apenas mais recentemente que a literatura identificou em sua produção reflexões em torno da temática ambiental. O presente artigo pretende percorrer a obra de Furtado, explicitando como ao longo do século XX a variável ambiental foi mobilizada de diferentes formas em suas interpretações. Conforme o argumento do artigo, especialmente a partir da publicação de *O mito do desenvolvimento econômico* a variável ambiental se transforma num poderoso instrumento de crítica à teoria econômica neoclássica.

Palavras-Chave: Celso Furtado, meio ambiente, teoria econômica

Celso Furtado e a resignificação do meio ambiente

A produção intelectual de Celso Furtado foi concebida ao longo de toda a segunda metade do século XX, tendo o autor pautado relevantes temas e abordagens interdisciplinares a partir da Ciência Econômica. Foi o mais importante intelectual estruturalista latino-americano no Brasil; foi quem, responsável pela criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, colocou a questão regional no centro do debate nacional; foi, a partir do exílio, um dos pioneiros da teoria da dependência; e, nos anos 1980, também tratou da cultura como instrumento decisivo no processo de redemocratização.

Ainda que mais recentemente alguns trabalhos tenham destacado as contribuições de Celso Furtado para as relações entre a economia e o meio-ambiente, parece ser um exagero reconhecer que o economista dedicou sua trajetória acadêmica ou política à temática ambiental. Não figura, por exemplo, como representante da área de economia ecológica, muito menos de economia ambiental.¹ Pelo contrário, como economista imerso no debate do desenvolvimento dos anos 1950, tendo a industrialização na periferia como um instrumento central para a superação do subdesenvolvimento (Furtado 1959; 1961; 1962), seu projeto político-social, por vezes, deixava em segundo plano a importância da dimensão ambiental para a transformação econômica.

Todavia, a partir da publicação de *O mito do desenvolvimento econômico*, como é ressaltado pela literatura, a reflexão de Celso Furtado colocou o meio ambiente como variável em sua análise sobre a teoria do desenvolvimento econômico. Possivelmente o pioneiro em estabelecer essa conexão entre o autor e a temática foi Clovis Cavalcanti que, não obstante, insere o olhar ambiental de Furtado dentro de uma crítica maior à noção de desenvolvimento econômico; do desenvolvimento como o mito que formou o projeto social hegemônico no século XX (Cavalcanti, 2003, p.76).²

Nesse sentido, Cavalcanti não é conduzido ao atraente instrumento narrativo da ilusão biográfica, nos termos tratados por Pierre Bourdieu, ao debater a questão ambiental em Celso Furtado. Evita encontrar uma necessária coerência na trajetória do autor

¹ A Economia Ambiental é uma subárea da Ciência Econômica, se valendo dos princípios da economia neoclássica, busca mitigar os problemas ambientais por meio do mercado. A Economia Ecológica, por sua vez, promove uma interdependência entre a economia e os sistemas sociais e ecológicos, enfatizando os limites ecológicos. Para a diferença entre as duas perspectivas, conferir: Beder (2011) e Romeiro (2012).

² Para Paixão e Nogueira, foi Wilson Cano (2007, p.312) quem explicitou a temática ambiental existente em Celso Furtado, mas a partir de *Formação econômica do Brasil*.

biografado, ao vasculhar suas pioneiras obras encontra o “projeto original”, o “sentido da existência” ou mesmo uma “lógica retrospectiva”, garantindo consistência e constância na interpretação ambiental do economista (Bourdieu, 1986, p.69-70).

Perspectiva flertada por artigos que identificam os programas de colonização elaborados por Furtado para a Sudene, a partir de 1959, como retratos de uma análise ecológica, considerando que o “economista brasileiro foi pioneiro ao antecipar as relações estritas que existem entre economia e ecologia” (Wasques et al, 2019, p.41); outrora definindo-o “um desbravador de uma linha de pesquisa de história ambiental”, por sua descrição da agricultura brasileira em *Formação econômica do Brasil* (Paixão e Nogueira, 2021, p.130). Ou, ainda, em textos que recuperaram as primeiras obras de Furtado, como sua tese de Doutorado sobre a economia colonial, defendida em 1948, para encontrar “vinhetas de uma história ambiental *avant la lettre*” (Schincariol, 2024, p.161).³

Parecem mais verossímeis as perspectivas que se valem da ruptura da trajetória intelectual de Celso Furtado, em meados dos anos 1970, para compreender os diálogos do economista com a ciência econômica e as questões ambientais. Um movimento analítico entre o estruturalismo e a economia ecológica, que amplificado pelos discursos em torno do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável, serão decantados na própria CEPAL nas décadas seguintes (Queiroz, 2011; Souza e Araújo, 2019).⁴

A disparidade de interpretações existentes na recente literatura, conforme destacado acima, revela uma clara diferença entre aqueles que destacam a contínua presença da natureza como determinante econômico nas obras de Furtado e aqueles que identificam a dimensão ecológica somente quando o meio ambiente assume um papel sistêmico em sua interpretação. Afinal, como Furtado produz sua reflexão sobre uma economia periférica, de perfil agrário-exportadora; atua politicamente contra os desequilíbrios regionais, com políticas voltadas para a região mais impactada pelas secas no Brasil; a presença da natureza não poderia estar distante de suas análises.

Nesse sentido, é preciso apreender como ao longo da trajetória intelectual de Furtado o meio ambiente foi mobilizado pelo autor e quais termos e sentidos estiveram presentes em suas narrativas sobre as relações entre economia e natureza. Assim, mais importante do que avaliar se a interpretação de Celso Furtado ecoa um discurso de

³ Vale destacar, não obstante, que o trabalho de Schincariol é certamente mais cuidadoso e completo sobre a temática, percorrendo parte significativa da bibliografia de Furtado e destacando aspectos certamente centrais da análise do economista.

⁴ O primeiro relatório da CEPAL que enfatiza a questão ambiental é de 1976; mas estudos e políticas voltados ao meio ambiente passam a ter regularidade na instituição somente uma década depois.

economistas ecológicos, é preciso observar como em sua obra o meio ambiente foi mobilizado ora em termos econômicos, como recurso natural, ora numa dimensão mais ampla, como ecologia retratando sua preocupação sobre os limites dos recursos naturais.

Afinal, contemporâneo e próximo de intelectuais responsáveis pela disseminação dos conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável,⁵ tais como Ignacy Sachs, Furtado não se dedicou especificamente a essa temática em suas obras. Para essa pesquisa, consultamos a vasta produção bibliográfica Celso Furtado, compulsamos a presença do autor em jornais brasileiros e percorremos a documentação existente no arquivo Celso Furtado.⁶ Até o momento, nenhum trabalho apresenta a reflexão ambiental como objeto central.

Como advogamos no artigo, a apropriação do meio ambiente na análise econômica de Furtado, como uma acepção “ecológica”, que é presente a partir da publicação de *O mito do desenvolvimento econômico*, representa muito mais um movimento de aprofundamento de sua crítica à teoria econômica neoclássica. A variável ecológica é decisiva para que Furtado amplie seu distanciamento da racionalidade instrumental nos modelos econômicos, que supere a concepção de desenvolvimento de sua geração, inserindo o sistema econômico num sistema social e ambiental mais amplo.

O artigo, nesse sentido, defende que a reconstrução dessa trajetória do autor pode revelar os próprios impasses atuais sobre os estudos ambientais, tratados tanto por uma ótica mais estritamente econômica (da economia ambiental) como por perspectivas mais interdisciplinares (da economia ecológica). Ao seguir mais próximo do segundo caminho, Celso Furtado indica a necessidade construir um novo projeto social, um projeto em que as métricas e os métodos econômicos já não são totalmente suficientes para compreender a complexa realidade do século XXI.

O meio ambiente na primeira reflexão sobre a história econômica de Celso Furtado

Celso Furtado nasceu em Pombal, no interior da Paraíba, paisagem em que a força da natureza pode se mostrar da maneira mais violenta para os habitantes da região. A história das secas era parte das memórias familiares de Celso Furtado; era parte da existência de todo sertanejo nordestino. Como o economista recupera em suas memórias,

⁵ O conceito ecodesenvolvimento foi empregado inicial por Maurice Strong, primeiro presidente do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA), e posteriormente difundido por Ignacy Sachs. A partir da publicação do relatório Brundtland, de 1987, o conceito foi substituído por desenvolvimento sustentável (Romeiro, 2012).

⁶ Consultamos jornais de grande circulação como o *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* (por meio de sistemas de busca da Hemeroteca da Biblioteca Nacional e dos jornais paulistas), como também os documentos já catalogado no Acervo Celso Furtado no Instituto de Estudos Brasileiros.

sendo a chegada da chuva incerta, e sendo os moradores locais dependentes das atividades agrícolas, a distância entre a abundância e a mais total miséria era mínima (Furtado, 1997 [1992], p.12).

Furtado cresceu cercado por imagens do impacto da seca sobre a vida humana e de histórias sobre um povo em busca de novos horizontes: o deslocamento de trabalhadores nordestinos para a extração de borracha no século XIX – a “transumância amazônica” como o autor destaca em *Formação econômica do Brasil* – e, mais tarde, o fluxo de migrantes nordestinos para o Sudeste, barateando o custo da força de trabalho no processo da urbanização e industrialização no século XX.

Imagens que, entre as décadas de 1930 e 1940, se tornaram tão presentes no imaginário brasileiro. No drama da itinerância do sertanejo, narrado tão duramente em *Vidas secas* de Graciliano Ramos, de 1938; na letargia dos engenhos improdutivos na Zona da Mata Nordestina, ilustrado em *Fogo Morto* de José Lins do Rego, de 1943; nas marcantes imagens de “os retirantes” pintadas por Candido Portinari em 1944; na subnutrição do povo nordestino, denunciada no estudo de Josué de Castro, *Geografia da fome*, de 1946.

Os primeiros textos produzidos pelo “jovem” Furtado foram publicados no Rio de Janeiro, ainda na década de 1940, enquanto cursava a Faculdade de Direito.⁷ Trabalhou primeiro escrevendo matérias para jornais da então capital do país e, depois, como funcionário público, produziu artigos científicos discutindo experiências da administração pública e da formação do Estado moderno.

Uma reflexão de maior fôlego, abordando a história e a economia brasileira, foi somente elaborada em *A economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, Tese de Doutorado defendida em Paris, em 1948.⁸ Sua abordagem era mediada pelas influências da revolução historiográfica em curso na França, de uma história problema. Como definido pelos pioneiros dos *Annales*, uma história total, em que as fronteiras entre as ciências sociais eram tênues. Por outro lado, ao recuperar a experiência de colonização do Brasil, o trabalho estabelecia um relevante diálogo com o pensamento social brasileiro daquele contexto, em que o meio ambiente estava presente em sua análise para tratar do perfil da agricultura agrário-exportador colonial.

⁷ Para o assunto, recomendamos a dissertação de Roberto Pereira Silva (2011) e o livro organizado por Rosa Freire D’Aguiar (2014)

⁸ Sobre a tese *A economia colonial*, conferir o artigo de Tamás Szmercsanyi (1999).

As referências à natureza, não obstante, não são suficientes para considerar que a análise do autor produzia uma verdadeira reflexão ecológica. Furtado reconhecía, seguindo uma tradição de estudos sobre a colonização brasileira, o caráter extensivo e predatório da produção colonial no território. Uma produção agrícola monocultura e voltada ao comércio metropolitano que, se valendo das terras do Nordeste, um “massapê ideal para o cultivo da cana”, derrubou “ricas florestas tropicais devastadas pelos incêndios” (Furtado, 2001, p.98).

A leitura reiterava argumentos presentes em autores basilares para sua tese, fosse de Caio Prado Jr. e a noção do sentido da colonização ou de Roberto Simonsen e a perspectiva dos ciclos econômicos.⁹ Debatendo o caráter da economia colonial, para Furtado o modelo produtivo tropical exigia a implantação dos sistemas agrícolas em grandes propriedades, provocando o esgotamento das melhores terras: “A ação da monocultura, podemos observá-la na terra e no homem. Ela absorve as melhores terras aráveis, promove a devastação indiscriminada das florestas, torna impraticável a pecuária. Praticada à base de métodos rudimentares de trabalho, ela esgota as melhores terras em tempo relativamente curto” (Furtado, 2001, p.121).

Também baseada nos relatos de viajantes, as fontes primárias encontradas por Furtado no *Musée de l’Homme* em Paris, reiteram a atuação predatória da colonização. Menos no diálogo com *Cultura e Opulência do Brasil*, do Padre Antonil (1711) – “o mais completo trabalho descritivo de fatos da vida econômica de todo período colonial brasileiro” –, a descrição da devastação das florestas é significativamente explorada a partir do testemunho oitocentista de Auguste de Saint-Hilaire. Citando o viajante francês: “todo o sistema da agricultura brasileira é fundado na destruição das florestas” (Saint-Hilaire *apud* Furtado, 2001, p.156).¹⁰

A passagem do olhar retrospectivo para uma análise contemporânea, tratando dos efeitos de “longa duração” produzidos pela implantação das estruturas da colonização, nos levam aos “atavismos” coloniais, parte final da tese de Celso Furtado. O modelo predatório presente na agricultura açucareira nordestina, se reproduz na cultura do café

⁹ Furtado, portanto, incorpora tanto a discussão do caráter da agricultura extensiva-tropical, constituição de uma colônia voltada para o exterior, conforme o “sentido da colonização” de Caio Prado Jr. (Furtado, 2001, p.118 e p.143), como a “inflexibilidade do sistema monocultural”, que produz a passagem de um ciclo para o outro, produzindo elevado desgaste para a economia brasileira, uma transformação por “solavancos”, seguindo a ideia de Roberto Simonsen (Furtado, 2001, p.145-6).

¹⁰ Vale destacar que essa leitura dos impactos ambientais no processo de produção extensivo no país já era parte da literatura brasileira desde o final do século XVIII, como destaca José Augusto Pádua, retratando discursos de personagens como José Bonifácio e Joaquim Nabuco (Pádua, 2002).

sudestina ao longo do século XIX. A rigidez da estrutura econômica e social da produção monocultora, que reforça o atraso técnico e gera “sacrifício inúteis de amplos trechos florestais”, produz para Furtado um movimento em que “as terras, uma vez tornadas improdutivas pelos métodos destrutivos de cultura, eram logo abandonadas por outras ainda virgens” (Furtado, 2001, p.153-154).

Assim, não há dúvidas de que a natureza é parte integrante da análise econômica de Furtado em 1948. O meio ambiente, não obstante, está inserido numa interpretação mais ampla sobre o sentido mercantil da colonização, com impactos “nefastos” para a economia brasileira por conta do caráter concentrador da renda, em que “o bem-estar de sua população jamais será tido em conta” (Furtado, 2001, p.142). Possivelmente a passagem mais “ecológica” da tese, revelando os desdobramentos da intervenção na natureza, está presente nas consequências da devastação florestal produzida no litoral pelos engenhos de açúcar, que reduziam o regime pluviométrico do sertão nordestino (Furtado, 2001, p.156).

A primeira leitura de Celso Furtado sobre a história econômica brasileira, portanto, não transpunha as considerações já sedimentadas pelas interpretações e narrativas que abordavam a relação entre a sociedade e natureza. Uma tese em que a história econômica dos *Annales* e o pensamento social brasileiro são influências decisivas em sua tese. Duas perspectivas com características significativamente próprias, mas em que a análise histórica, articulando diversificadas esferas da existência, era uma variável comum.¹¹ Nesse cenário, o ambiente faz parte da descrição do processo de colonização e do extensivo e degradante modelo de produção agrário exportador, dando maior destaque para as consequências econômicas e sociais produzidas por esse modelo, do que para os impactos ambientais ou ecológicos.

O encontro de Furtado com a Ciência Econômica: natureza como recurso natural

A passagem para a década de 1950, por seu turno, marcou o encontro de Furtado com a teoria econômica e com novos interlocutores, repercutindo numa nova apropriação do meio ambiente em sua análise. Era o alvorecer da Guerra Fria e a apreensão dos Estados Unidos com o rumo dos países subdesenvolvidos, promoveu o desenvolvimento econômico como temática política e teórica prioritária. Fosse resultado do Ponto IV de Truman e dos programas de ajuda técnica e financeira, fosse decorrente dos debates em

¹¹ Conforme defendem Fernando Novais e Rogério Forastieri (2011), uma integração entre a história e as ciências sociais, como resultado da revolução historiográfica presente na escola dos *Annales*.

torno dos mecanismos de crescimento econômico de países periféricos, a década de 1950 viu o auge da teoria do desenvolvimento econômico (Hirschman, 1981; Arndt 1987).

Como funcionário da CEPAL e imerso no debate sobre a teoria do desenvolvimento, Furtado passou a mobilizar conceitos e métodos do estruturalismo latino-americano, tratando de temas da fronteira do pensamento econômico e alcançando reconhecimento dentro e fora do país. Diálogo com Prebisch e a concepção dos sistema “centro-periferia”; Lewis e o modelo de dualidade estrutural e oferta ilimitada de mão de obra; Nurkse e os “problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos”; Gerschenkron e a dimensão histórica do atraso econômico (Boianovsky, 2010).¹²

A partir de então, o meio ambiente na produção de Furtado, ao ser incorporado como variável estritamente econômica, tornou-se um fator de produção. Tal qual mão de obra e capital, a terra era um componente central na determinação do crescimento da economia. A parte do modelo abstrato que deveria compor os principais determinantes de crescimento econômico de um país, como presentes na teoria do desenvolvimento econômico. Mas, como afirma o economista, “não basta construir um modelo abstrato e elaborar a explicação de seu funcionamento”, o confronto com a realidade histórica é necessária. A natureza, nesse sentido, se transforma também nos recursos naturais específicos de cada realidade nacional, “que singularizam cada fenômeno histórico do desenvolvimento”, como as correntes migratórias, a ordem institucional e o grau de desenvolvimento de cada nação (Furtado [1961], 2009, p.27-28).¹³

Da vasta produção de Furtado publicada no período, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* parece ser a melhor síntese sobre sua perspectiva teórica (Bielschowsky, 1988; Szmrecsányi, 2001). Reunião de artigos escritos ao longo da década de 1950, a obra dedica o primeiro capítulo parte para investigar a evolução das ideias sobre o desenvolvimento desde os clássicos ingleses até as perspectivas de Keynes; para então identificar os mecanismos do crescimento econômico, dando destaque para variáveis de renda, riqueza e produtividade, e estabelecer contrastes nos processos de crescimento entre os países centrais e periféricos (Furtado, 1961).

¹² Uma vasta literatura recupera as contribuições de Furtado para a teoria econômica na década de 1950, cf.: Bielschowsky (2000), Mallorquin (2005), Silva (2015).

¹³ Vale lembrar do relatório preparado por Furtado para a CEPAL, sobre a economia venezuelana. As reservas petrolíferas do país, permitia que a economia desfrutasse de uma abundância de divisas, condição especialmente distinta das outras economias latino-americanas. Cf. Furtado (2008).

As novas referências teóricas e os novos interlocutores deslocaram sua narrativa histórica para uma fronteira mais próxima da Ciência Econômica.¹⁴ *Uma economia dependente*, pequena publicação de 1956, é uma peça exemplar nesse esforço de mobilização da teoria econômica para compreensão do processo histórico. Um livro que antecipa o movimento analítico de *Formação econômica do Brasil* e rompe com elementos presentes em sua tese de doutorado. O atavismo colonial que aproximava a economia açucareira nordestina com a economia cafeeira oitocentista, por meio da ênfase na produção extensiva e monocultura, em *Uma economia dependente* se dissipa. Importa agora ressaltar as diferenças entre a “unidade exportadora escravocrata” e o novo “sistema econômico” resultante da introdução do trabalho assalariado. As categorias centrais da interpretação da dinâmica econômica passam a ser o fluxo de renda e a produtividade de cada economia, condições decisivas para que o café torne a economia do país mais autônoma e gere o emergente mercado interno (Furtado, 1956, p.15-20).

Formação econômica do Brasil, publicada poucos anos depois, ainda que seja uma obra de maior fôlego, ao manter os esquemas analíticos keynesianos – fluxo de renda, multiplicador e demanda efetiva –, reforça seu diálogo com os teóricos da economia do desenvolvimento e pouco altera o sentido dado ao meio-ambiente. A terra é acima de tudo fator de produção que, abundante no território, possui papel secundário frente aos desafios impostos pela oferta de força de trabalho e importação de equipamentos na introdução da indústria açucareira (Furtado, 2007 [1959], p.89).

A diferença da estruturação da economia cafeeira do século XIX quanto à economia açucareira nordestina, como destaca o autor, é a oferta de trabalhadores. Como também está presente em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*: “A experiência brasileira surge como um caso especial, o que se deve à sua própria magnitude. De fato, dada a grande abundância de terras aptas para plantar café e a elasticidade da oferta de mão de obra, as inversões na cafeicultura não encontraram limitação da oferta de fatores” (Furtado, 2009 [1961], p.167).

A referência à produção agrícola extensiva não desaparece em *Formação econômica do Brasil*. Sua mobilização, todavia, parece estar mais associada às variáveis da economia política clássica do que uma preocupação genuína com os impactos ambientais. Se valendo da lógica da renda da terra, os limitados investimentos e a baixa

¹⁴ Como defende Roberto Pereira Silva (2015), *Formação econômica do Brasil* é a obra em que o equilíbrio, entre os argumentos históricos, mais presentes na tese, e os econômicos, mais presentes em *A economia brasileira* de 1954.

produtividade da agricultura são explicados pela elevada disponibilidade de terras: “Ora, a terra, mais ainda do que a mão-de-obra, existia em abundância, desocupada ou subocupada na economia de subsistência. O empresário tratava de utilizá-la aplicando o mínimo de capital por unidade de superfície” (Furtado [1959], 2007).

Foi em sua atuação política, como Superintendente da Sudene, que Furtado precisou refletir mais profundamente sobre o papel do meio ambiente no desenvolvimento econômico.¹⁵ O Nordeste acabava de vivenciar um ano crítico, com a seca de 1958, cujos impactos sociais e políticos levaram o presidente Juscelino Kubitschek a priorizar a região. Com *A operação Nordeste* e o relatório do *Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste*, ambos elaborados em 1959, o economista apresentou um plano para enfrentar a disparidade regional, “o mais grave problema” do país naquela fase de desenvolvimento. A questão agrária é peça central no xadrez da economia nordestina, para reorganizar a estrutura produtiva do latifúndio nas áreas úmidas, estabelecer uma nova política de enfrentamento da seca e abrir uma nova frente de colonização.

Para a elaboração dos documentos originários da Sudene, como também na preparação do primeiro Plano Diretor da superintendência e do projeto de Lei de Irrigação, Celso Furtado recorre aos estudos existentes de engenheiros agrônomos do Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), como José Augusto Trindade, e de técnicos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), como José Guimarães Duque e Vinícius Cesar Silva de Bêredo (Pinto, 2023, p.5).¹⁶ A descrição da geografia e do clima são fundamentais para produzir os diagnósticos e preparar o plano de ação nas diferentes regiões do Nordeste: a zona úmida, o semiárido e a caatinga.

A preocupação de Furtado era garantir o mais eficiente aproveitamento da terra, no que diz respeito ao perfil da produção e de sua finalidade social. Conhecendo os melhores “recursos naturais da região”, o desenvolvimento de técnicas agrícolas poderia “criar condições para a formação de uma economia de alta produtividade”. Para a Zona

¹⁵ Antes, ainda como economista da CEPAL, Furtado profere um conjunto de palestras, publicadas como *Perspectivas da economia brasileira* (1958). Estabelecendo um diálogo implícito com o Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek e se valendo de estudos do grupo de trabalho CEPAL-BNDE. Para Furtado, em balanço retrospectiva sobre a obra, avalia que o texto apresentava uma proposta de uma programação para coordenar os dois setores dinâmicos da economia (exportação e indústria) e inovava ao colocar o tema da disparidade regional como tema central. Para o autor, apesar de um imenso território com unidade política e cultural, o país era “descontínuo e heterogêneo do ponto de vista econômico” (Furtado, 2006 [1958], p.182).

¹⁶ A Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) foi criada em 1919 e transformada em Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), em 1945.

da Mata, a “utilização mais racional das terras” elevaria os rendimentos por hectares com plantio de cana, liberando áreas para outras culturas voltadas para a crescente demanda de alimentos da população urbana. Por outro lado, na região semiárida, o objetivo era criar uma economia resistente à seca, conhecendo “melhor a região, seus recursos de água (...) sua flora”, reforçando a cultura algodoeira e de plantas xerófilas, mais resilientes à baixa pluviometria local (Furtado [1959], 2009, p.65 e p.45).

O deslocamento de sertanejos, impactos pela redefinição da estrutura agrária do semiárido, poderia ser absorvida tanto pelo desenvolvimento industrial a ser fomentado nos centros urbanos, como também na frente de colonização do Maranhão. O deslocamento de algumas centenas de milhares de pessoas que encontrariam nas áreas úmidas do Maranhão, avançando à fronteira da Amazônia legal, garantia “a abertura de uma frente agrícola suplementar, de custos relativamente baixos”, reforçando a oferta de alimentos para a população da região (Furtado [1959a], 2009, p.149).

A atuação política de Celso Furtado, entre a Superintendência da Sudene e o Ministério extraordinário do Planejamento, posições assumidas no governo antes do golpe de 1964, sintetiza sua leitura sobre a história econômica brasileira e seu projeto reformista. Um projeto democrático, em que a industrialização nacional era o caminho para elevação da produtividade e da renda, condição fundamental para garantir a autonomia dos centros internos de decisão e a redução da pobreza, pavimentando a superação do subdesenvolvimento. Em *A pré-revolução brasileira*, o projeto político de Furtado era claro: “empreender a conquista desse imenso legado territorial que hoje constituiu o maior deserto econômico habitável da Terra” (Furtado, 1962, p.115).

Num país em pleno processo de industrialização, em que se aproximar dos países desenvolvidos passava pela produção de riqueza, a preservação ambiental, a preocupação com a biodiversidade ou com a produção de resíduos ainda não eram prioritárias para o autor. O compromisso do economista, no auge de sua atuação política, era enfrentar o subdesenvolvimento, romper com o arcabouço político e econômico que reproduzia a desigualdade do país. Para tanto, o Brasil precisava crescer e se industrializar; como estão destacadas no Plano Trienal, precisava promover reformas nas estruturas agrária, tributária, bancária, administrativa e educacional. (Furtado [1963] 2011, p.423 e segs.).

Meio ambiente como crítica à Ciência Econômica: Celso Furtado e o mito

Foi percorrendo os corredores da Universidade de Cambridge, entre os anos de 1973 e 1974, que Celso Furtado produziu a maior revisão de sua interpretação e de seu

projeto político. Um ano de reflexão sobre a teoria do desenvolvimento e, acima de tudo, sobre suas próprias crenças. Como registra em seus diários, em 31 de maio de 1974: “cada vez mais penso na inutilidade, ou melhor, na insignificância do que fiz”. Continua: “todos os mitos em que acreditei! Existirá algo fora dos mitos em que se possa acreditar? E será que são mitos quando nele acreditamos?” (Furtado, 2019, p.233).

Presente na primeira lista de cassados do Ato Institucional nº 1, Furtado se estabeleceu como professor na Universidade de Paris I, avaliando a nova inserção dos países latino-americanos na economia mundial e vivenciando uma agitada cena cultural e intelectual francesa dos anos 1970. Com novos desafios econômicos impostos pelas crises do petróleo e do sistema de Bretton Woods e com o impacto da publicação do relatório “os limites do crescimento” do Clube de Roma, o economista precisou fazer um acerto de contas com seu passado (Furtado, 2014, p.520).

Ao completar a primeira década de exílio, na Inglaterra acompanhou mais um projeto reformista ser violentamente abortado na América Latina. A “fantasia desfeita” no Brasil de 1964 se repetia, com tons ainda mais violentos, no Chile de 1973. Essas duas experiências explicitavam como a superação do subdesenvolvimento dependia mais do que condições materiais – como capital e tecnologia – mas, acima de tudo, de comprometimento político das classes dominantes. A experiência brasileira, do chamado “milagre” – com elevada taxa de crescimento econômico, sem a reversão da desigualdade do país – exigiu uma revisão sobre o caráter da industrialização periférica. Furtado passou a qualificar diferentes formas de crescimento econômico: o pleno desenvolvimento como ocorrido nos países centrais ou a modernização periférica, uma incorporação de técnicas para a difusão dos padrões de consumo (o mimetismo dos países desenvolvidos) sem a real melhora das condições materiais e do bem-estar do conjunto da população (Furtado, 1972).¹⁷

Em Cambridge, Furtado redige os dois primeiros e principais ensaios de *O mito do desenvolvimento econômico*. No conjunto, a obra é uma crítica à ciência econômica, o “ilusionismo em economia”, pois, como afirma no capítulo final, as métricas econômicas ignoravam impactos ambientais e sociais. Taxas de crescimento do PIB, por exemplo, não mediam o custo da destruição dos recursos naturais não renováveis para a

¹⁷ No contexto internacional, a década de 1960 vinha acentuando a ampliação do papel das transnacionais, transformando a estrutura produtiva mundial e a capacidade dos países periféricos de controlar seus centros internos de decisão. Avaliando essa conjuntura, Furtado tornou-se um dos pioneiros das interpretações sobre a dependência, perspectiva que iluminava a reversão dos projetos nacionais desenvolvimentistas na América Latina (Love, 1998; Manzatto e Saes, 2021).

coletividade; tampouco consideram o baixo nível médio da renda e as estatísticas de mortalidade infantil e a expectativa de vida (Furtado, 1972, p.116). Sugerindo a ampliação das fronteiras da teoria para outras ciências sociais, escreve em suas memórias: “meu objetivo era elaborar uma linguagem comum aos distintos ramos das ciências sociais que permitisse captar o desenvolvimento como realização das potencialidades humanas” (Furtado, 2014, p.519).

O primeiro ensaio, apresentado numa versão preliminar como seminário em Cambridge, questiona a possibilidade de universalização da “civilização industrial”, como propalado pela literatura sobre o desenvolvimento econômico.¹⁸ Problematisa, nesse sentido, a própria capacidade de sobrevivência da humanidade formada a partir do modelo de sociedade difundido pelo “mito” do progresso.

O meio ambiente passou a assumir, a partir de então, um papel determinante na tensão existente entre as promessas da ideologia do progresso e suas possibilidades de realização. Por meio do relatório do Clube de Roma, *The limits to growth*, coordenado por Donella e Dennis Meadows e publicado em 1972, Furtado problematiza o projeto de futuro defendido por sua geração. As economias nacionais, a partir de então, deveriam ser compreendidas como partes de um sistema econômico fechado em escala planetária; de nações “crescentemente dependentes de recursos não renováveis produzidos no exterior do país” (Furtado, 1974, p.16-17).

Ainda que não tenha concordado plenamente com o relatório, duvidando da condição de pela disseminação dos padrões de consumo dos países desenvolvidos para o restante do mundo, a noção dos limites dos recursos naturais e dos impactos ambientais pela produção de resíduos, são decisivos para Furtado problematizar o “mito” do progresso pelo qual toda sua geração teria sido capturada. Com a “profecia do colapso”, isto é, “o caráter predatório do processo de civilização”, não seria mais possível enfrentar o subdesenvolvimento por meio do “mito do desenvolvimento”. Sendo a universalização do desenvolvimento econômico inalcançável, novos horizontes de futuro precisariam ser construídos para os países subdesenvolvidos.¹⁹

¹⁸ Os ensaios apresentados em Cambridge foram publicados somente no centenário do autor, com um artigo, contextualizando o texto. Conferir: Furtado (2020a e 2020b), Loureiro et. al (2021).

¹⁹ Interessante perceber como as ideias da obra alcançariam audiências respeitáveis, assimiladas inclusive por Raul Prebisch, que dois anos depois reitera a perspectiva existente em O mito: “É incalculável o que a técnica produtiva tem contribuído para o bem-estar humano. Mas, ao mesmo tempo, os males que isso acarreta são cada vez mais notórios e perturbadores. Não me refiro apenas às aberrações da sociedade de consumo, mas também à poluição, à degradação do meio ambiente e ao abuso irresponsável dos recursos naturais esgotáveis (PREBISCH, 1976, p. 17. Tradução nossa).

Portanto, não mais seria possível generalizar os padrões de consumo, afinal o desenvolvimento era marcado pela exclusão, um sistema que destrói recursos e agrava a disparidade de renda e “produz uma homogeneização cultural danosa” (Cavalcanti, 200x, p.76). Para Furtado o progresso era um “mito”, uma fantasia, impedindo a concretização do projeto de futuro idealizado por sua geração, alicerçado na ideia de superação do subdesenvolvimento por meio da industrialização periférica (Furtado, 1974, p.16). O modelo da sociedade europeia, em que os benefícios do crescimento econômico eram disseminados por políticas e da própria “dialética do desenvolvimento” para o conjunto da população, deixava de ser um horizonte a ser perseguido.

Precisando reinventar sua interpretação para captar a nova realidade que se apresentava no triste espelho da sociedade brasileira dos anos 1970 e na crise que a economia internacional experienciava, emergia a perspectiva mais crítica de Celso Furtado sobre o capitalismo. Não percorreu, todavia, o caminho de contemporâneos que também esposavam da ideia da impossibilidade de um crescimento ilimitado e eram críticos aos pressupostos da teoria econômica neoclássica. Não trouxe contribuições para o campo do ecodesenvolvimento, tais como de: Nicholas Georgescu-Roegen (1971) com a aplicação da noção de entropia ao processo econômico;²⁰ Herman Daly (1973) e os conceitos de economia de estado estacionário e de metabolismo social; Ignacy Sachs (1985) e sua reflexão sobre ecodesenvolvimento, buscando equilíbrio entre crescimento e o uso dos recursos naturais; Joan Martinez-Alliez (1987) e os pressupostos para a constituição da economia ecológica.

O caminho seguido por Furtado foi o de buscar a ampliação das fronteiras da teoria econômica. Para o economista a análise econômica precisava ser não somente mediada pela história, como o estruturalismo latino-americano adotava, mas também devia ser dinamizada por meio de outras variáveis das ciências sociais.²¹ Nas palavras de Furtado, “dinamizar significa, necessariamente, tornar os problemas mais espessos, mais complexos, portanto, desbordar os limites do econômico” (Furtado, 1976, p.11).²²

²⁰ Como destaca Clovis Cavalcanti, Furtado cita o conceito de entropia de Georgescu-Roeden em *O mito*. Mas, para o autor, apesar de conhecer a obra, Celso Furtado não teria adotado as coordenadas termodinâmicas de balizamento da economia, “mas suas preocupações voltadas para o mundo físico contêm o essencial da percepção mais recente – dos economistas ecológicos, ao menos – quanto ao impacto do desenvolvimento ou do processo econômico sobre o ecossistema (Cavalcanti, 2003, p.77)

²¹ Para Mallorquin (2005) era o momento em que Furtado encontrou “a grande teoria”. Mais recentemente, a literatura tem enfatizado o encontro de Furtado com a cultura, cf: Cunha e Brito, 2018.

²² Em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, Furtado apresenta um anexo metodológico, dialogando com modelos pós-keynesianos, sugerindo a necessidade de ampliar os mecanismos de dinamização do modelo, em perspectiva histórica e com variáveis não econômicas (Furtado, 1967). Para comentários sobre sua proposta metodológica, cf. Fonseca (2021) e Manna e Saes (2023).

A produção de Furtado no lustro final da década de 1970 exercitou essa preocupação em espessar a teoria econômica. *Prefácio a Nova Economia Política* (1976) e *Criatividade e Dependência na civilização industrial* (1978) não foram obras dedicadas à temática ambiental, mas estiveram abertas a novas abordagens, temáticas e diálogos com uma nova literatura. Enquanto *Prefácio* privilegiou a dimensão da distribuição do excedente, de uma teoria da estratificação social e do poder, *Criatividade e Dependência* ampliou ainda mais o referencial teórico, percorrendo referências na história e nas ciências sociais, discutindo os limites da civilização industrial.

Vale destacar que, em *Prefácio*, Furtado inseriu em sua tábua de matérias a sugestão de abordar “o avanço da acumulação e as tensões na fronteira ecológica”. Trata-se de um problema derivado das reflexões presentes em *O mito do desenvolvimento econômico*, mas um tema apenas sugerido e não elaborado na obra. Na tábua há uma direta referência ao conceito de entropia, como disseminado a partir da obra de Nicholas Georgescu-Roegen; uma discussão sobre o “custo ecológico” de reprodução de determinadas estruturas sociais e outro sobre o uso de recursos renováveis e não renováveis; uma preocupação ecológica temporal, sobre o comprometimento das opções futuras (Furtado, 1976, p.69).

Em *Criatividade e dependência*, por seu turno, defende uma consciência crítica sobre a noção de desenvolvimento, por meio da oposição entre a racionalidade instrumental (de subordinação das atividades sociais à acumulação, ao cálculo utilitário) com a racionalidade substantiva (de defesa do bem-estar social como finalidade). Retomando a temática sobre o “mito do desenvolvimento”, Furtado produz um ensaio histórico sobre a formação da civilização industrial. A ideologia do progresso teria cumprido com o instrumento de solidariedade entre classes, o cimento que garantiu a coesão social nas experiências dos países desenvolvidos. A difusão da ideia de desenvolvimento, por seu turno, era vazia de conteúdo social, apenas um transplante do modelo da civilização industrial, um conteúdo economicista voltado à acumulação.

Ainda que sua crítica à Ciência Econômica seja contundente, em *Criatividade e Dependência* Furtado parece viver uma ambiguidade no que diz respeito ao tratamento dado à temática ambiental. Por um lado, a obra reitera a reflexão aberta em Cambridge, compreendendo que o planeta devia ser caracterizado como um sistema econômico fechado. Numa década de crise do petróleo e de formação da OPEP, Furtado compreende que estava aberta uma estratégia para que países periféricos pudessem se contrapor ao poder econômico dos países centrais. A natureza se apresenta no argumento como

“recurso natural” necessário para o crescimento econômico mundial, cujo potencial de exploração deveria ser usado pelas economias dependentes. Trata-se, portanto, de uma visão da economia política dos recursos naturais, sem negar, contudo, o modelo de desenvolvimento, mas buscando impor mecanismos de equilíbrio no poder econômico internacional e de distribuição dos excedentes entre países (Furtado, 1978, p.118-121).

Por outro lado, o livro contém passagens em que o meio ambiente é personagem ativo para um projeto de mais profunda transformação social. Passagens em que Furtado estaria mais próximo das ideias pioneiras do ecodesenvolvimento. Considerando os limites de disseminação da civilização industrial, da necessária reversão de um projeto social implícito na acumulação e na racionalidade instrumental, era preciso criar novas áreas de ação política. O movimento ecologista, por exemplo, poderia se transformar num poderoso instrumento político unificador, defendendo uma visão global da sociedade, por meio de lutas contra a poluição, contra o desperdício dos recursos não renováveis, em defesa do patrimônio cultural e de rejeição ao consumismo (Furtado, 1978, p.59).

A década de 1970, portanto, representa o momento de ampliação das fronteiras analíticas de Celso Furtado. No exílio, o economista expande sua interpretação. Da realidade brasileira e dos países subdesenvolvidos, seus estudos buscam compreender os dilemas do capitalismo. No campo teórico, suas críticas às teses da economia do desenvolvimento o levam para novos diálogos e referências. O meio ambiente, antes tomado como objeto mais restrito, fator de produção à disposição do desenvolvimento nacional, agora é o elemento crítico para a revisão sobre os rumos da sociedade contemporânea.

Existe uma questão ambiental em Celso Furtado?

Celso Furtado, entrevistado por Cristovam Buarque, em março de 1991, afirmou: “É difícil no Brasil se perceber a importância da ecologia, porque é um país que tem uma margem muito grande para o desperdício” (Furtado, 2007, p. 78). Realizada cerca de um ano antes da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 1992, a entrevista trazia uma inegável preocupação de Celso Furtado com a questão ambiental. Essa preocupação que retornou com força em seu último esforço de síntese, com a publicação de *Brasil: a construção interrompida*.

Mesmo que a preocupação com o meio ambiente esteja presente na obra, Celso Furtado continuava sendo reconhecido no debate público por outras contribuições de sua trajetória intelectual e política. Os registros nos jornais brasileiros sobre o economista não

são muito abundantes entre os anos de 1991 e 1992, período da preparação e realização da Rio 92. As referências mais comuns nos jornais de grande circulação do país – *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de SP* – tratam basicamente de três temáticas, para além de um comentário ou outro de Furtado em torno da conjuntura econômica: matérias sobre o lançamento do terceiro volume da autobiografia, *Ares do Mundo*; sobre o processo de aprovação da Lei Rouanet (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), quando os jornalistas retomavam o papel de Furtado como Ministro da Cultura e responsável pela criação da Lei Sarney; e, finalmente, sobre questões relacionadas ao Nordeste e à Sudene.²³

Mas isso não significa que Furtado estivesse distante dos debates sobre a Eco 92. Participando de atividades de preparação para o evento, em junho de 1992, o economista estava escalado para participar do Painel “Desenvolvimento sustentável e 3º mundo”, contanto também com a presença de Hazel Henderson (EUA), Richard Sandbrook (Inglaterra) e de seu amigo Ignacy Sachs (França).²⁴

Motivado pela Rio 1992, em *Brasil: a construção interrompida* defende a tese de uma fatura ecológica a ser paga pelos países que se beneficiam da destruição dos recursos não renováveis. Posição também defendida pela CEPAL, em conferência realizada no México em 1991. Conforme relato de Furtado, o relatório da instituição latino-americana exigia que os países ricos deviam se responsabilizar pela crescente degradação ambiental: no esgotamento da camada de ozônio, no aquecimento do planeta, na destruição da biodiversidade, na poluição dos rios, oceanos e solos e na exportação de resíduos tóxicos (1992, p.77). Uma proposição presente nas reflexões de Furtado dos anos 1970, quando indicava que os países dependentes deveriam se articular, conforme o exemplo da OPEP, para endurecer as negociações e encarecer o custo dos recursos naturais para as economias desenvolvidas. Conforme o autor, elevar os custos para aqueles que “se beneficiaram da formidável destruição de recursos não renováveis” (Furtado, 1992, p.77).

Assim como em *Criatividade e dependência*, portanto, a questão ambiental assume um potencial projeto político de dimensão global para “mudar o curso da civilização”. Se para sua geração do pós-guerra o risco da destruição nuclear permitiu

²³ O artigo “Um espanto” lembrava de uma medida decretada por Celso Furtado, enquanto Ministro da Cultura (Portaria 181/87 de 6 de março de 1987), que permitia ao contribuinte do Imposto de Renda direito aos benefícios da Lei Sarney para projetos ecológicos de relevância cultural. Armando Daudt d’Oliveira Filho. “Um espanto!”. *Jornal do Brasil*, 2 de novembro de 1991, p.11.

²⁴ Na divulgação do evento, de maio de 1992, Furtado é o representante brasileiro no painel. Contudo, em nova divulgação, no dia da realização do evento, Furtado foi substituído por Henrique Hartner da FEA/USP. Conferir: *Jornal do Brasil*, 24 de maio de 1992 e 03 de junho de 1992.

uma cooperação entre os povos, no atual contexto de uma eminente “hecatombe” ambiental, existiria uma janela para promover um novo modelo de desenvolvimento. De uma nova civilização que superasse a lógica dos meios (Furtado, 1992, p.78). Sem nomear esse modelo, os princípios fundamentais inseridos no texto são os mesmos do que se convencionou a chamar desenvolvimento sustentável, perspectiva que norteou a redação da Carta da Terra, documento resultante da Rio 1992.²⁵

Se naquela conjuntura enfrentar os problemas ambientais era uma questão incontornável, para Furtado essa dimensão não poderia ser dissociada de sua maior preocupação: como garantir o bem-estar para uma ampla população alijada dos benefícios do desenvolvimento econômico. A concentração da riqueza permanecia o maior desafio a ser disputado, agora não somente como um problema das realidades periféricas, mas uma questão de dimensão verdadeira global: “Não podemos escapar à evidência de que a civilização criada pela Revolução Industrial aponta de forma inexorável para grandes calamidades. Ela concentra riqueza em benefício de uma minoria cujo estilo de vida requer um dispêndio crescente de recursos não-renováveis e que somente se mantém porque a grande maioria da humanidade se submete a diversas formas de penúria, principalmente à fome” (Furtado, 1992, p.76).

O diálogo de Furtado, ainda em *Brasil: a construção interrompida*, se estabelece com as ideias de habilitação do economista hindu Amartya Sen. Um novo modelo de desenvolvimento que desse prioridade às necessidades fundamentais, às garantias presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, respeitando os limites naturais do planeta. Os desafios eram mudar o curso da civilização (redefinir meios e fins), colocando o bem-estar social e liberdade como finalidade, garantido a democracia, a educação, o desenvolvimento científico e tecnológico e, por fim, novos projetos sociais que associassem o conhecimento técnico e científico e as iniciativas produzidas a partir da sociedade civil (Furtado, 1992, p.55-57).²⁶

²⁵ Essa é a posição de Wasques et al., que afirmam: “Parece, pois, acertado afirmar que a ‘nova concepção de desenvolvimento’ defendida por Celso Furtado está estreitamente relacionada com a ideia de *desenvolvimento sustentável*” (Wasques, 2019, p.54).

²⁶ Como destaca em seus Diários, em julho de 2000, as incertezas ambientais permaneciam povoando sua análise da conjuntura, mas era atuar em prol do desenvolvimento humano sua prioridade: “Sabemos muito pouco sobre o custo real do que chamamos desenvolvimento econômico. Por exemplo, em termos de distribuição de recursos não renováveis minerais, dificilmente renováveis como a cobertura vegetal e os solos aráveis e os custos em seres humanos que decorrem da estrutura social, como no caso dos homens que são usados apenas como força de trabalho. O verdadeiro desenvolvimento se traduz em investimento no homem (Furtado, 2019, p.427).

São essas suas conclusões, que no ano seguinte Furtado apresenta para a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da ONU. Como primeiro eixo, propunha uma discussão em torno da cultura, mediante três questões: “1. Como resolver as tensões entre os eixos tendenciais históricos (globalização) e a fragmentação das subjetividades culturais e políticas; 2. Como enfrentar as tendências estruturais à agravação das desigualdades de renda, de patrimônios, de acesso ao conhecimento e à informação; 3 como pacificar os conflitos étnicos, religiosos e interculturais” (Furtado, 2019, p.418).

No que diz respeito ao segundo eixo, sobre “desenvolvimento”, a estratégia pensada por Furtado devia compreender três linhas de ação no que se refere à sua dimensão econômica. Em primeiro lugar, os países desenvolvidos deveriam reduzir o custo ecológico do processo de acumulação e de inovação tecnológica, como também redefinir as prioridades sociais para absorver o desemprego e melhorar a qualidade de vida dos grupos sociais de baixa renda. Em segundo lugar, os países que passavam para o capitalismo com o fim da União Soviética – “os antigos países de economia de planificação centralizada”, como define o autor, deviam restabelecer as condições de equilíbrio e crescimento, evitando reproduzir a concentração de renda e o desperdício ecológico dos atuais países desenvolvidos. Por fim, para os países subdesenvolvidos, como o Brasil, o caminho era buscar “a introdução de **um modelo de desenvolvimento sustentável**, capaz de garantir a satisfação das necessidades fundamentais da população e a realização da capacidade de iniciativa e de criatividade dos indivíduos, a despeito do baixo nível de acumulação alcançada” (Furtado, 2019, p.418).²⁷

Olhando à distância, as proposições defendidas por Celso Furtado na década de 1990 revelam perspectivas que vão se tornando mais presentes no debate de economistas ecológicos contemporâneos. Não chega a defender uma política de decrescimento, entendendo que parcela da população mundial ainda estava alijada de condições mínimas de bem-estar social. Mas certamente indica princípios que baseiam os argumentos de um comércio ecologicamente desigual e da dívida ecológica entre países ricos e pobres. Também aponta na direção de uma insustentável manutenção do consumismo, do cenário de ampliação dos conflitos ecológicos distributivos, exigindo uma necessária discussão em torno de uma justiça climática internacional, como instrumento de integração política entre as nações.

²⁷ Registro de Celso Furtado em seu diário, realizado em Paris, fevereiro de 1993. Grifo nosso.

A produção de Celso Furtado, especialmente ao longo dos anos 1990, revela a trajetória de um economista que precisou atualizar sua interpretação frente aos novos desafios gerados tanto pelas drásticas mudanças da economia internacional nas últimas décadas do século XX, como também pelos mais evidentes limites ambientais. Nesse processo, é evidente a ampliação dos diálogos do economista que, por outro lado, vai se distanciando do próprio campo econômico, que vivia um aprofundamento da instrumentalização. Em suma, para o autor, era preciso ter desconfiança de soluções para os impasses ambientais por meio de eficientes alocações de recursos produzidas pelo mercado. As mudanças deviam ser muito mais profundas, exigindo uma nova semântica econômica, para um novo modelo de desenvolvimento.

Considerações finais

Ao longo de quase cinquenta anos de produção bibliográfica e de atuação política, o meio ambiente esteve sempre presente na realidade analisada e, portanto, foi parte das reflexões do economista. Mas é preciso destacar como seu olhar sobre a natureza se transformou ao longo do tempo, tanto como influência dos diálogos estabelecidos pelo autor, como também resultado das transformações da própria economia mundial.

Sua primeira contribuição para a história econômica do Brasil, ainda em 1948, já trazia a natureza como “personagem”. Furtado se vale das imagens presentes nos relatos de viagens oitocentistas, como na própria literatura econômica e social brasileira dos anos 1930 e 1940, para destacar o caráter extrativista e extensivo da agricultura monocultora brasileira. Nos anos 1950, já como economista da CEPAL, a natureza se transforma em recurso natural, no momento em que Celso Furtado aprofunda suas críticas às teorias do desenvolvimento econômico, mas se arma com a linguagem, os conceitos e o método da Ciência Econômica. Ao tratar o ambiente como um fator de produção ou um ativo a ser explorado para a promoção do desenvolvimento, a produção histórica, teórica e mesmo política de Furtado – entre sua passagem pela CEPAL, SUDENE e Ministério do Planejamento – é a que menos oferece um olhar ambiental.

Uma mudança substancial de análise ocorre somente em meados da década de 1970, quando as denúncias sobre a finitude dos recursos naturais, por um lado, e sobre a degradação ambiental gerada pelos resíduos e pela poluição, por outro lado, inserem o meio ambiente como variável chave na interpretação de *O mito do desenvolvimento econômico*. A partir de então, ainda que Furtado não tenha seguido a trilha dos autores pioneiros do ecodesenvolvimento, o meio ambiente permaneceu como determinante

central em suas contribuições. Meio ambiente como recurso natural, um ativo decisivo a ser usado pelos países subdesenvolvidos para ampliar seu poder de negociação na economia internacional; meio ambiente como instrumento de transformação social, de construção de um novo projeto social, para contrapor o consumismo e o inviável modelo de sociedade produzido pela civilização industrial.

Mas é importante frisar que, se a partir da década de 1970 vemos uma ampliação das fronteiras do conhecimento abarcados por Furtado em suas obras, transbordando sua perspectiva econômica com maior interação com outras áreas das ciências sociais, por outro lado, não é possível inseri-lo entre referências fundamentais do pensamento ecológico das últimas décadas. A presença de uma reflexão ambiental deve ser compreendida mais por sua capacidade de incorporar os grandes temas em debate em cada conjuntura, fosse sobre os limites do crescimento do início dos anos 1970; os movimentos ambientalistas do final daquela década; ou o reconhecimento da relevância do Relatório Brundtland e da Rio 1992.

A variável ambiental em Furtado, não obstante, foi um recurso fundamental para o autor aprofundar sua crítica à racionalidade instrumental existente na teoria econômica neoclássica. Furtado, nesse sentido, alcança sua mais contundente crítica aos “mitos” do progresso, exigindo a necessidade de que novos projetos de futuro pudessem ser construídos. A crítica à racionalidade instrumental presente na base da economia neoclássica, no que diz respeito ao meio ambiente, é uma crítica às teses da Economia Ambiental, que se sustenta nos preceitos do mercado e da alocação eficiente dos recursos como mitigador dos impasses ambientais.

Furtado, crítico da capacidade dos indicadores, das métricas e dos modelos econômicos neoclássicos, aponta – sem explicitar – na direção da economia ecológica, do confronto da economia com outras ciências sociais; na concepção de um planeta como um sistema fechado; da necessidade de interação dos sistemas ambientais, econômicos e sociais. Uma discussão evidenciada por Furtado há décadas, mas ainda em disputa e, aparentemente, longe de encontrar consensos teóricos ou políticos para promover mudanças mais substanciais nos impasses entre o crescimento econômico e a degradação ambiental.

Referências bibliográficas

- ARNDT, H. *Economic Development. The History of an Idea*. Chicago: University Press, 1987.
- BEDER, Sharon. Environmental Economics and Ecological Economics: The Contribution of Interdisciplinarity to Understanding, Influence and Effectiveness. *Environmental Conservation*, vol. 38, no. 2, 2011, pp. 140–50.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo 1930-1964*. [1988] Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.
- BOIANOVSKY, Mauro. A View from the Tropics: Celso Furtado and the Theory of Economic Development in the 1950s. *History of Political Economy*. 42 (2), 2010, p. 221–266.
- BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Science Sociales* (62/63): p.69-72, Juin 1986.
- CANO, Wilson. Alguns temas relevantes sobre América Latina e Brasil tratados por Celso Furtado. In: SABÓIA, João; CARVALHO, Fernando Cardim (Org.). *Celso Furtado e o século XXI*. Barueri: São Paulo: Ed. Manole, 2007.
- CAVALCANTI, Clóvis. Meio Ambiente, Celso Furtado e o Desenvolvimento como Falácia. *Ambiente & Sociedade*, v. 5, n. 2, p. 73-84, jan./jul. 2003.
- CEPAL. *El medio ambiente en América Latina*. E/CEPAL/L132/Rev.1. [S. n. t.], mar. 1976.
- CUNHA, Alexandre; BRITTO, Gustavo. When development meets culture: the contribution of Celso Furtado in the 1970s. *Cambridge Journal of Economics*, Volume 42, Issue 1, January 2018, p. 177–198.
- D'AGUIAR, Rosa F. (Org.). *Anos de formação: 1938-1948*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014.
- DALY, Herman E. *Toward A Steady-State Economy*. W. H. Freeman and Co., San Francisc, 1973.
- FONSECA, Pedro. C. D. Celso Furtado e o estruturalismo como método. In: Saes, A; Barbosa, A. *Celso Furtado e os 60 anos de Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Sesc/BBM, 2021, p. 225-235.
- FURTADO, Celso. *A economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* [1948]. São Paulo: Hucitec, 2001.

- FURTADO, Celso. *Ensaio sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Arquivos Celso Furtado 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- FURTADO, Celso. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil [1959]*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, Celso. O plano trienal de Desenvolvimento Econômico e Social [1963]. *O plano trienal e o Ministério do Planejamento*. Arquivos Celso Furtado 4. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- FURTADO, Celso. *A dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. Prefácio a Nova Economia Política. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.
- FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- FURTADO, Celso. Underdevelopment and Dependence: the Fundamental Connections. *Review of Political Economy* 33 (1), 2020a, p.7–15.
- FURTADO, Celso. The Myth of Economic Development and the Future of the Third World. *Review of Political Economy* 33 (1), 2020b, p.16–27.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *The Entropy Law and the Economic Process*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.
- HIRSCHMAN, Albert. *Essays in Trespassing*. Cambridge: University Press, 1981.
- LOVE, Joseph. *A construção do Terceiro Mundo. Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

- LOUREIRO, P.; RUGITSKY, F.; SAAD-FILHO, A. Celso Furtado and the Myth of Economic Development: Rethinking Development from Exile. *Review of Political Economy*. Vol. 22, N.1, 2021, p.28-42.
- MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Xamã, 2005.
- MANNA, João Vicente Camargo; SAES, Alexandre. Interações teóricas em Celso Furtado: diálogos entre Cambridge, estruturalismo e abordagens contemporâneas. In: *Anais do XVI Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira*. Faculdade de Economia - UFF, 2023.
- MANZATTO, Rômulo; SAES, Alexandre. Celso Furtado, intérprete da dependência. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. (78), 2021, pp. 182–205.
- MAZZETTI, Antonio Carlos; WEDIG, Josiane; PERONDI, Miguel; RUBIN-OLIVEIRA, Marlize. América Latina em perspectiva: o pensamento cepalino e decolonial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. (23), 2021.
- MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis, L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, Willian W. *The limits to growth: a report for the Club of Rome's Project on the predicament of mankind*. New York: Universe Books, 1972.
- NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério F. *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- PAIXÃO, Maria Cristina e NOGUEIRA, Jorge Madeira. Celso Furtado: lições aos ambientalistas e aos dependentistas contemporâneos. MANGUEIRA, Celso Pinto e PAIXÃO, Maria Cristina (Orgs). *Celso Furtado 100 anos: coletânea de ensaios em sua homenagem*. João Pessoa: Editora UFPB, 2021.
- PINTO, Gustavo Louis Henrique. “Lei de irrigação” (1959) da Sudene: desapropriação e questão fundiária no Nordeste. *Revista de história*. (São Paulo), n.182, a00123, 2023, p.1-31.
- QUEIROZ, Julia Mello de. Desenvolvimento econômico, inovação e meio ambiente: a busca por uma convergência no debate. *Cadernos do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.143-170, jul.-dez. 2011.
- RODRIGUES, Octávio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; CEPAL, 2009.

- ROMEIRO, Ademar R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. *Estudos Avançados*, 26(74), 2012, p.65–92.
- SAES, Alexandre; SOARES, José Alex. Ideias e método de Celso Furtado para pensar o século XXI. *História Econômica & História de Empresas*, v. 24, n. 1, p. 216-247, 5 mar. 2021.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Editora Vértice, 1985.
- SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. Celso Furtado on natural resources, the environment and ecology: Economic development between myth and utopia. *Environment and Ecology in the History of Economic Thought*. Routledge, 2024.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Sobre a formação da Formação Econômica do Brasil de Celso Furtado. *Estudos Avançados*, v. 13, n. 37, 1999.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Celso Furtado. *Estudos Avançados*, n. 15, vol. 43, 2001, pp. 347-362.
- SILVA, Roberto Pereira. *O jovem Celso Furtado. História, política e economia*. Bauru: Edusc, 2011.
- SILVA, Roberto Pereira. *Celso Furtado, entre a história e a teoria econômica (1948-1959): uma interpretação historiográfica*. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2015
- SOUZA, Henrique Ferreira; ARAÚJO, Anderson. Desenvolvimento e meio ambiente: as contribuições de Celso Furtado. *XIII Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica*. Campinas-SP, 23 a 26 de setembro de 2019.
- WASQUES, Renato Nataniel; SANTOS JR., Walter Luiz dos; BRANDÃO, Danilo Duarte. As ideias de Celso Furtado sobre a questão ambiental. *Leituras de Economia Política, Campinas*, (28), p. 41-58, jan./jun. 2019.